

### *Apresentação de Edição*

## Editorial

### **André Luis Carneiro Buna**

Doutorando em Ciéncia Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Ciéncia Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Editor-chefe da Agenda Polítca.

Email: andrebuna@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8325-8926>

### **Cristiano Parra Duarte**

Doutorando e Mestre em Ciéncia Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editor-chefe da Agenda Polítca.

Email: crparraduarte@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0924-4573>

1

### **Leone Santos Alexandre**

Doutorando e Mestre em Ciéncia Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editor-chefe da Agenda Polítca.

Email: alexandre.s.leone@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7773-1392>

### **Maycon Leandro da Conceição**

Doutor e Mestre em Ciéncia Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editor-chefe da Agenda Polítca.

Email: mayconleandro819@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8675-5775>



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Prezadas leitoras e prezados leitores,

A equipe editorial da Agenda Política apresenta o número 3, volume 12, de 2024. A edição é composta por cinco artigos do Dossiê Temático intitulado **Ciências Sociais Computacionais: rupturas e contribuições para a Ciência Política**, organizado por Murilo de Oliveira Junqueira da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Lucy Oliveira da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Além do dossiê temático, a edição conta com um artigo na seção Agenda da Ciência Política, de autoria de Maria Clara de Mendonça Maia (UFMG) e Fernando Resende Anelli (UFMG), três artigos da seção Temas Livres e uma Entrevista com o professor e pesquisador Tiago Augusto da Silva Ventura da Universidade de Georgetown (Washington, Estados Unidos).

## 1 Apresentação da Edição

O tema desta edição abrange diálogos acerca da **Ciências Sociais Computacionais: rupturas e contribuições para a Ciência Política**. Os artigos selecionados apresentam diferentes facetas que formam os pilares do tema do dossiê, incluindo pesquisadores relevantes para o campo da Ciência Política e áreas correlacionadas.

Este dossiê tem como finalidade de trazer um debate acerca da relação entre ciências sociais e a computação não é recente. Desde meados do século XX os cientistas sociais e pesquisadores do campo das Humanas e Ciências Sociais têm utilizado ferramentas computacionais para incrementar e criar modelos analíticos (Cioffi-Revilla 2021). No entanto, somente na última década que o encontro entre big data com modelos computacionais complexos e possibilidades de modelagem e simulação do comportamento humano deu origem a área chamada “Ciências Sociais Computacionais (CSC)” (Cioffi-Revilla 2017; Conte *et al.* 2012; Lazer *et al.* 2009; Lazer *et al.* 2020; Grimmerand, 2013).

Em consonância com o tema do dossiê temático, esta edição traz a **Entrevista com Tiago Ventura**, produzida por Murilo de Oliveira Junqueira e Lucy Oliveira, tendo como título **Ciências Sociais Computacionais: entre fronteiras e definições**. Tiago Augusto da Silva Ventura é professor na Universidade de Georgetown (Washington, Estados Unidos). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre e doutor pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Além do mais, realizou o doutorado em *Government and Politics* pela Universidade de Maryland, College Park (Estados Unidos), dedica-se aos estudos da Economia Política, Violência e Métodos Computacionais.

Na entrevista, Tiago Ventura apresenta as Ciências Sociais Computacionais (CSC's) como um campo interdisciplinar e da importância da construção de um saber interdisciplinar. Ou seja, a CSC's precisam ser articulados com a Ciência da Informação, Ciências da Computação, Economia Política, da Matemática e da Estatística. Tais áreas trazem contribuições para os modelos computacionais e Ciência Política. O entrevistado destaca as potencialidades e desafios da formação no Brasil, marcada por baixa interdisciplinaridade, em contraste com o modelo norte-americano. Considera a Inteligência

Artificial (IA), especialmente os LLMs, como o principal tema emergente do campo, ressaltando questões de vieses, experimentos e impactos sociais para pesquisas com tecnologias e dados digitais. Ventura enfatiza os dilemas éticos ligados à falta de transparência, regulação, ao acesso restrito a dados e modelos proprietários. Por fim, defende maior regulação das plataformas e incentiva pesquisadores a atravessarem fronteiras disciplinares desde a graduação.

O texto da seção Agenda da Ciência Política desta edição é de autoria de Maria Clara de Mendonça Maia e Fernando Resende Anelli. O texto apresentado pelos autores, intitulado **Perspectivas críticas sobre a governamentalidade algorítmica: neoliberalismo, mundo digital contemporâneo e sociedade de controle**, propõe reflexões acerca do mundo digital contemporâneo, o neoliberalismo e a governamentalidade algorítmica, em um contexto de crescente uso da internet e plataformas digitais. Nesta seara, os dados obtidos pelo estudo de caráter qualitativo sob o arcabouço teórico do filósofo Michel Foucault apresentam a “governamentalidade algorítmica” enquanto a operacionalização do poder a partir dos algoritmos, modificando o ambiente para alterar os comportamentos. Dessa forma, neoliberalismo, enquanto um modelo político e econômico dominante nos países ocidentais que ocasiona mudanças na cibernetica e a *internet* - convergindo das sociedades disciplinares para as sociedades de controle.

Na seção Temas Livres, três artigos inéditos são apresentados nesta edição. No artigo **A atuação do burocrata de médio escalão na implementação do Programa Saúde na Escola na cidade de São Paulo**, Maurício Osório Gonçalves e Gilvan Charles Cerqueira de Araújo analisam o papel desempenhado pelos Burocratas de Médio Escalão no processo de articulação entre agentes e instituições na implementação dessa política pública intersetorial no município de São Paulo. A partir de um estudo de caso, a pesquisa investiga como esses atores atuam na coordenação do Programa Saúde na Escola, evidenciando as relações estabelecidas com outros agentes institucionais e as dificuldades enfrentadas ao longo da execução da política. Metodologicamente, o trabalho se baseia em entrevistas semiestruturadas realizadas com funcionários públicos que ocupam cargos de direção e gerenciamento do Programa. Os resultados indicam que a atuação do burocrata de médio escalão se organiza em dois eixos centrais: o papel tático-gerencial, expresso nas ações de articulação, formação de agentes e resolução de conflitos, e o papel técnico-político, identificado principalmente na função de negociação. A pesquisa conclui que a implementação do Programa Saúde na Escola depende de maneira decisiva da atuação desses burocratas, cuja capacidade de articular atores, coordenar estruturas institucionais, orientar ações e mediar conflitos se mostra fundamental para a viabilização da política pública nos territórios.

No segundo trabalho, **Racismo e representação política: a cota para pessoas negras na distribuição de recursos e as eleições de 2020 em Salvador**, Alexandre Douglas Zaidan de Carvalho e Cristiane Gomes dos Santos investigam as consequências da decisão do Supremo Tribunal Federal que, no julgamento da medida cautelar da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 738/DF, determinou a aplicação de cotas raciais na distribuição de recursos públicos de campanha nas eleições municipais de 2020. O problema de pesquisa consiste em investigar em que

medida tal decisão foi capaz de alterar o quadro de sub-representatividade de pessoas negras no Poder Legislativo municipal. A investigação adota uma abordagem empírica, com enfoque qualitativo, apoiada em levantamento quantitativo das candidaturas negras eleitas no município de Salvador/BA. A partir da análise dos dados, o estudo identifica que a decisão do STF não produziu efeitos substantivos na ampliação da representação política de pessoas negras na Câmara de Vereadores da capital baiana. Entre os principais entraves diagnosticados estão a ausência de procedimentos de validação da autodeclaração racial, a inexistência de critérios específicos para a distribuição de recursos destinados às candidaturas de mulheres negras e as dificuldades de fiscalização do cumprimento da cota racial na aplicação dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) por parte dos diretórios estaduais e municipais.

Por fim, no artigo **O Complexo Econômico-Industrial da Saúde como política para o desenvolvimento brasileiro para 2010/2020**, Larissa Paula Stachio, Othon Hilton Alves, Luiz Guilherme de Oliveira Santos e Elisangela Araujo abordam a relevância estratégica do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) diante de recentes acontecimentos em âmbito global que evidenciaram a centralidade de uma base produtiva e tecnológica desenvolvida. Inserido como uma das áreas prioritárias da nova política industrial do governo brasileiro, vigente entre 2024 e 2033, o CEIS é analisado a partir de uma abordagem teórica e empírica que busca mensurar seus impactos econômicos. Metodologicamente, o estudo utiliza as matrizes de insumo-produto dos anos de 2010 e 2020, elaboradas pelo Grupo de Indústria e Competitividade da UFRJ, para o cálculo dos multiplicadores de emprego e renda nos setores de fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, saúde pública e saúde privada. Os resultados indicam que as atividades vinculadas à saúde exercem efeitos significativos sobre a geração de emprego e renda, com destaque para os setores de saúde pública e saúde privada, sendo o primeiro o principal indutor desses impactos.

4

## 2 Métricas de 2024 e projeções para 2025

No ano de 2024 a revista Agenda Política recebeu 125 submissões de artigos, representando uma pequena queda em relação ao ano anterior de 152 manuscritos submetidos. Desse total, foram 25 textos aceitos para publicação nas duas primeiras edições do ano e mais 11 artigos<sup>1</sup> que integram a atual edição.

A taxa de aceitação de artigos manteve constante em relação ao ano de 2023, passando de 29% para o percentual atual de 28% entre os artigos que tiveram uma decisão editorial final no ano de 2024. Além disso, a taxa de rejeição manteve também constante, passando de 71% para 72% neste ano. Isso demonstra que, em média, a qualidade dos artigos recebidos continuam em constante aperfeiçoamento, o que condiz com o aumento da nota na última avaliação da CAPES e no aumento considerável de manuscritos recebidos.

<sup>1</sup> Artigos submetidos à edição de número 3, volume 12, ano 2024, mas que deram entrada na plataforma no início de 2025.

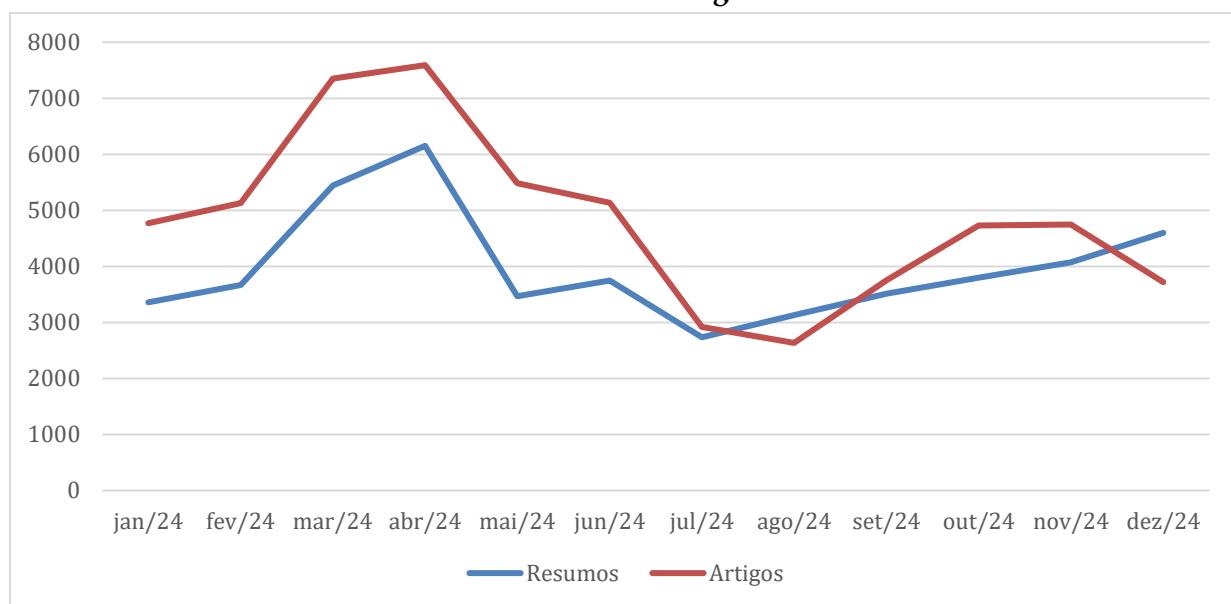
O processo de pré-avaliação (*desk-review*), que tem permitido o processamento célere de artigos, também apresentou um pequeno aumento em termos de rejeição inicial de manuscritos. Atualmente, a etapa ainda responde pelo percentual de 46% de rejeição no periódico em relação aos 44% do ano de 2023. As principais razões para rejeição na fase de *desk review* consistem em inadequação metodológica (ausência do arcabouço teórico-metodológico) e incompatibilidade com o escopo da revista, a qual está concentrada na área de Ciência Política. A taxa de rejeição após avaliação de pareceristas manteve também quase constante, variando de 27% em 2023 para 26%, em 2024.

A revista Agenda Política tem logrado aumentar sua relevância e visibilidade no campo da Ciência Política nos últimos anos, ampliando substantivamente sua rede de usuários, autores e avaliadores cadastrados. Em 2024, a revista observou um aumento de aproximadamente 15,79% de usuários em relação ao ano anterior, atingindo o número total de 1628 pessoas cadastradas. A quantidade de pareceristas cadastrados na plataforma do periódico acompanhou este crescimento e conta atualmente com 1183 avaliadores, um aumento de 17,42% em relação ao ano anterior. Essa evolução da quantidade de colaboradores tem sido fundamental tanto para assegurar a qualidade dos artigos publicados quanto para garantir fluidez no fluxo editorial. O tipo de avaliação *double-blind review* reforça a importância de nossa rede de avaliadores para viabilizar o aumento de volume de submissões.

5

Ainda considerando aumento da visibilidade, o Gráfico 1 a seguir, apresenta o número mensal total de acessos a artigos e resumos no ano. Em 2024, a revista Agenda Política atingiu a marca de 57.964 acessos a artigos, o que representa um pequeno recuo de 6,84% em relação a 2023. No que se refere ao acesso dos resumos, houve um crescimento percentual, marcando 47.673 acessos, o que representa um aumento de 10,7% em comparação ao ano anterior.

**Gráfico 1 -Número de acessos a artigo e resumos em 2024**



**Fonte:** Elaboração própria (2025).

Os dados de 2024 revelam um aumento no tempo médio para a tomada de decisões: de 383 dias, em média, para a primeira decisão editorial de aceite; e um aumento de 392 dias, em média, para a primeira decisão de rejeição. Isso resultou de uma paralisação temporária na revista no ano de 2024 devido à troca Editoria Executiva e dos membros do Comitê Editorial. Todavia, o ritmo de trabalho foi progressivamente retomado ao longo do ano, levando à publicação desta edição. Esta edição, a ser apresentada a seguir, encerra os dossiês de 2024, com a expectativa de que duas publicações sejam lançadas no ano de 2025 e que traga com ainda maior qualidade e projeção nacional.

Não obstante a paralisação temporária, a projeção da Revista tem aumentado nos últimos anos. O número de seguidores em redes sociais, que se mostram relevantes em função da divulgação da produção científica na Agenda Política, bem como no impulsionamento de acesso a artigos e a resumos que, conforme apresentado anteriormente, tem aumento expressivo. Ao todo, são 852 seguidores no *Instagram* e 1.800 seguidores na página do *Facebook*, número que tem aumentado desde nosso último balanço em decorrência da manutenção de uma equipe própria de divulgação científica. Esperamos que esse número continue crescendo e que a Revista amplie seu alcance, contribuindo para o avanço da agenda em Ciência Política.

### 3 Nova Equipe Editorial

6

Esta edição também marca mais uma troca de gestão na Revista: é a última edição de André Buna como editor de dossiês Murilo Calafati Pradella, doutorando pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) assume esta função e liderará a publicação dos três próximos dossiês temáticos da Revista no ano de 2026. Sendo assim, a revista agradece ao André Buna, pelo trabalho e dedicação, que contribuíram para o crescimento e a institucionalização da revista, e dá as boas-vindas ao novo editor-chefe, desejando-lhe uma ótima experiência.

A Revista agradece a contribuição e dedicação dos discentes que encerraram seu ciclo de trabalho interno na Agenda Política: Marina Zen Bertolazzi, Cristiane Ribeiro Pires e Heitor Menezes Gomes. Não obstante, o periódico também agradece todos os integrantes do Comitê Editorial e novos membros de 2025 e que já demonstraram que a qualidade na equipe continua sendo uma grande vantagem do periódico: Thamores Bafa; Mariana Stuchi; Bruno Conde; Gabriel Baldan Nunes; Isaac Cavalcante; Isabella Vicari; Julia Carbono; Laura Cazarini; Lillian Tassim Salatino; Victor Coelho; Leone Alexandre; Lucas López; Lucas Romano, Maycon e Murilo Pradella.

A alta rotatividade característica de uma revista acadêmica discente se deve ao próprio ciclo de formação e pesquisa acadêmica dos estudantes. Por esta razão, a profissionalização e a boa organização do fluxo de trabalho nas diversas etapas que integram o processo editorial foram fundamentais para viabilizar o crescimento da revista em termos de volume de submissões e qualidade de publicações. A Agenda Política segue crescendo a partir deste trabalho coletivo.

Esperamos, com isso, retomar os ritmos dos trabalhos da revista, interrompidos devido às recentes trocas de equipe.

#### 4 Referências

CIOFFI-REVILLA, C. **Introduction to Computational Social Science**. 2nd ed. Cham: Springer International Publishing, 2017.

CIOFFI-REVILLA, C. “**The Scope of Computational Social Science**.” In: *Handbook of Computational Social Science*, Volume 1, London: Routledge, p.17–32, 2021.

CONTE, R. et al. “Manifesto of Computational Social Science.” **The European Physical Journal Special Topics** 214(1), p.325–46, 2012.

GRIMMER, J; BRANDON, M. S. “Text as Data: The Promise and Pitfalls of Automatic Content Analysis Methods for Political Texts.” **Political Analysis** 21(3): p. 267–97, 2013.

LAZER, D et al. “Computational Social Science.” **Science** 323(5915), p. 721–23, 2009.

LAZER, D. et al. “Computational Social Science: Obstacles and Opportunities.”

**Science** 369(6507): 1060–62, 2020.